

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis da SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, levantadas em 30 de junho de 2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. O objetivo estratégico da Sax está orientado ao atendimento das necessidades de crédito, principalmente aos consumidores de sua controladora Marisa Lojas S.A. Além de tal objetivo, a

SAX também auxilia sua controladora a expandir seu base de clientes, bem como oferecer produtos e serviços que agreguem valor ao seu produto, e também a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. Em junho de 2019, o total de ativos atingiu R\$459 milhões (R\$204,4 milhões em 2018), representados,

basicamente, por operações de crédito no montante de R\$489,1 milhões (R\$173,4 milhões em 2018) e a receita com operações de crédito atingiu o montante de R\$182,5 milhões (R\$78,6 milhões em 2018). No semestre, a SAX alcançou lucro de R\$19,6 milhões (R\$13,7 milhões em 2018) e seu patrimônio líquido é de R\$33,9 milhões (R\$36,4 milhões em 2018). O gerenciamento de riscos conta com políticas e manuais de procedimentos

que estabelecem as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades. As informações acerca da estrutura de Gestão de Riscos estão descritas no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.saxfinanceira.com.br. São Paulo, 8 de agosto de 2019. A Administração

Table with columns: Nota explicativa, 2019, 2018. Rows include Circulante, Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de liquidez, Operações de crédito, Setor privado, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Rendas a receber, Crédito tributário, Diversos, Outros Valores e Bens, Despesas Antecipadas, Realizável a Longo Prazo, Operações de crédito, Setor privado, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Outros créditos, Crédito tributário, Permanente, Imobilizado de uso, Outras imobilizações de uso, (Depreciações acumuladas), Intangível, Ativos intangíveis, (Amortização acumulada), Total do Ativo.

Table with columns: Nota explicativa, 2019, 2018. Rows include PASSIVO Circulante, Depósitos, Recursos de terceiros, Obrigações por emissões de letras financeiras, Obrigações por emissões de letras de câmbio, Fiscais e previdenciárias, Sociais e estatutárias, Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados, Diversas, Exigível a Longo Prazo, Recursos de aceites, Obrigações por emissões de letras financeiras, Obrigações por emissões de letras de câmbio, Outras obrigações, Fiscais e previdenciárias, Sociais e estatutárias, Patrimônio Líquido, Capital social, Reservas de lucros, Total do Passivo.

Table with columns: Nota explicativa, 2019, 2018. Rows include Demonstrações do resultado - Semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R\$), Receitas da intermediação financeira, Despesas da intermediação financeira, Resultado bruto da intermediação financeira, Outras Receitas (despesas) operacionais, Resultado antes da tributação sobre o lucro, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do semestre, Lucro líquido por ação - R\$. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Table with columns: 2019, 2018. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo líquido no semestre antes da tributação e das participações, Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado, pelas atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo líquido aplicado nas atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Pagamento de dividendos, Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento, Variação líquida dos fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa, Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa.

Table with columns: Nota explicativa, Capital social, Reservas de Lucros, Lucros acumulados, Total do patrimônio líquido. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2017, Lucro líquido do semestre, Dividendos distribuídos, Dividendos e Lucros pagos antecipadamente, Destinações, Reserva legal, Reserva especial de lucros, Dividendos propostos (R\$ 0,4707 por ação), Saldos em 30 de junho de 2018, Saldos em 31 de Dezembro de 2018, Dividendos distribuídos, Dividendos e Lucros pagos antecipadamente, Destinações, Reserva legal, Reserva especial de lucros, Dividendos propostos (R\$ 0,4690 por ação), Saldos em 30 de Junho de 2019.

Table with columns: Nota explicativa, Capital social, Reservas de Lucros, Lucros acumulados, Total do patrimônio líquido. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2017, Lucro líquido do semestre, Dividendos distribuídos, Dividendos e Lucros pagos antecipadamente, Destinações, Reserva legal, Reserva especial de lucros, Dividendos propostos (R\$ 0,4690 por ação), Saldos em 30 de Junho de 2019.

Table with columns: Saldo em 31/12/2018, Consti-tuição, Re- Saldo em 30/06/2019. Rows include Imposto de renda: Diferenças temporárias, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Outras adições temporárias, Contribuição social: Diferenças temporárias, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Outras adições temporárias, Imposto de renda: Diferenças temporárias, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Outras adições temporárias, Contribuição social: Diferenças temporárias, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Outras adições temporárias.

Table with columns: 2019, 2018. Rows include 15. Imposto de renda e contribuição social: Em 30 de junho de 2019 e de 2018, a demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social está assim representada: Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, Alíquota vigente, Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas, Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes: Receitas não tributáveis / (despesas não dedutíveis), Imposto de renda e contribuição social, efetivos: Correntes, Diferidos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma) 1. Contexto operacional: A SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("SAX" ou "Sociedade") tem como objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas. O seu capital foi subscrito e integralizado em 25 de maio de 2005 e, em 21 de setembro do mesmo ano, a Sociedade foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, tendo iniciado suas operações em 22 de maio de 2006. As operações são conduzidas em conjunto com as Empresas do Grupo Marisa ("Marisa"), que atuam preponderantemente no mercado varejista, e com quem a Sociedade compartilha a estrutura necessária para a operacionalização de suas atividades. Consequentemente, os resultados apresentados e a posição patrimonial poderiam ser diferentes caso essas operações tivessem sido realizadas com partes não relacionadas. Em 4 de dezembro de 2008 o Grupo Marisa celebrou com o Banco Itaú Holding Financeira S.A., por meio de sua controladora Banco Itaú S.A. ("Itaú"), "Acordo de Associação" que descreve as premissas de um acordo operacional pelo prazo de 10 anos, que possibilita ao Itaú o direito de preferência à oferta de concessão de empréstimo pessoal aos clientes da Marisa, operação que atualmente é oferecida pela SAX. Caso o Itaú recuse a concessão do empréstimo pessoal a algum cliente, a SAX poderá atender ou não, a esses clientes, de acordo com seus critérios de análise cadastral. O referido "Acordo" garante, também, ao Itaú, o direito de preferência na aquisição de créditos existentes na carteira da SAX. Em 29 de setembro de 2015, foi realizado o segundo aditamento ao acordo de associação, o qual prorrogou por mais 10 anos a vigência do referido acordo. Até o momento todas as operações de empréstimo pessoal comercializadas nas Lojas Marisa são efetuadas pela SAX e conforme garantido no referido acordo, o Itaú poderá optar por oferecer esta modalidade de crédito a qualquer momento durante a vigência do referido acordo. Até 30 de junho de 2019, o Itaú não exerceu sua preferência de aquisição de operações atreladas ao contrato.

constituiu a liquidação de 15% do lucro tributável e acrescida de 10% incidentes sobre os lucros tributáveis, excedentes a R\$ 240 no exercício. A contribuição social foi apurada sobre o lucro líquido tributável à alíquota de 15%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, veja nota explicativa nº 7. Os créditos tributários foram constituídos pelas alíquotas vigentes às datas de expectativa de realizações dos mesmos. m) Resultado por ação: É apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações. 4. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

A Sociedade, com base em seus projetos de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis no prazo máximo de 1 ano para créditos provenientes de provisão para créditos de liquidação duvidosa, e até 5 anos para provisão para causas judiciais. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa de captação média de 10,49% da Sociedade é de R\$21.513 (R\$6.800 em 2018). 8. Imobilizado e intangível a. Imobilizado

16. Demonstração do resultado a) Operações de crédito Rendas com juros contratuais e mora de atraso com empréstimos Recuperação de créditos baixados como prejuízo b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez Despesas com Depósitos Interfinanceiros Despesas com Letras Financeiras Despesas com Letras de Câmbio

2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na legislação societária brasileira, associada às normas e instruções do BACEN e estão apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pela Sociedade, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de depósitos de renda diferido ativo. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologado pelo BACEN. Desta forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN - CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09 - CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 33 - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. A autorização para emissão das demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2019 foi concedida pela Diretoria em 15 de agosto de 2019.

Referem-se a aplicações em títulos públicos com compromisso de recompra pela contraparte com rendimento a taxa de 6,25% a.a. (6,25% a.a. em 30 de junho de 2018). 6. Operações de crédito a) Por operação Empréstimo pessoal Empréstimo consignado Operações financeiras (i) Circulante Realizável a longo prazo (j) Em 01 de julho de 2018, houve uma reestruturação financeira nas companhias SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (parte relacionada), que consiste na migração das operações com juros originários do Cartão Marisa, que faziam parte, anteriormente, da carteira da Club para a carteira da Sax CF. Desta forma, todas as operações de vendas com juros por meio do Cartão Private Label Marisa passaram a ser registradas, diretamente, na SAX CF e as operações sem juros do Cartão Marisa que venham a ocorrer inadimplência são cedidas da Club para a SAX CF. As cessões são realizadas pelo seu valor contábil, não gerando resultado entre as companhias.

Table with columns: Taxa anual de depreciação, Custo, Depreciação, Líquido, Custo, Depreciação, Líquido. Rows include Móveis e utensílios, Instalações, Hardware, Intangível, Software.

d) Receita de prestação de serviços Receitas de comissão de vendas de seguros Alíquotas de taxa de confecção de cadastro e) Despesas de pessoal Proventos Encargos sociais Benefícios sociais Treinamento f) Outras despesas administrativas Despesas com serviços do sistema financeiro Despesas com serviços técnicos especializados Despesas com processamento de dados Depreciações e amortizações Despesas de viagens Despesas de comunicações Despesas de propaganda, publicidade e publicações Despesas compartilhadas

3. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: a) Ajuste do resultado: As receitas e despesas são apropriadas à competência de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. b) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08. c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. d) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN através da Resolução nº 2.662/98 do Conselho Monetário Nacional - CMN, com agravio para alguns "ratings" calculado de acordo com o histórico de perdas. A Sociedade não efetua o reconhecimento de receitas de qualquer natureza relativa a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, sendo referida receita registrada apenas quando do efetivo recebimento. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente às renegociações. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. e) Cessão de crédito sem cobrança e outras vendas: A Sociedade não efetua o reconhecimento de receitas de qualquer natureza relativa a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, sendo referida receita registrada apenas quando do efetivo recebimento. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente às renegociações. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. f) Cessão de crédito sem cobrança e outras vendas: A Sociedade não efetua o reconhecimento de receitas de qualquer natureza relativa a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, sendo referida receita registrada apenas quando do efetivo recebimento. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente às renegociações. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. g) Ativo imobilizado: É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para hardware e 10% para instalações e móveis e utensílios. h) Ativo intangível: Consiste em investimentos na implementação e customização de um de softwares que são amortizados pelo método linear a taxa de 20% ao ano. i) Redução do valor recuperável de ativos não monetários: Estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em exercícios anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias tornarem a possibilidade de perda de seus valores. A Sociedade não efetua nenhuma ação sujeita a perda de seu valor recuperável. j) Depósitos e captações no mercado aberto e recursos de aceites: Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die". k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios - Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua provisão, sobre as quais não cabem mais recursos - Para os riscos cíveis, as provisões são constituídas sobre o valor envolvido de acordo com percentual definido pela Sociedade através do histórico de liquidação de processos de mesma natureza. O limite máximo de provisão é apurado considerando o valor médio de condenação. Para os riscos trabalhistas, as provisões são constituídas também sobre o valor envolvido, quando do fôrem mensuráveis, de acordo com percentual definido pela Sociedade através do histórico de liquidação dos processos. - Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. - Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos, impostos e contribuições. O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. l) Imposto de renda e contribuição social: A provisão foi

Table with columns: Valor, % sobre total, Valor, % sobre total. Rows include Parcelas a vencer: Até 30 dias, De 31 a 60 dias, De 61 a 90 dias, De 91 a 180 dias, Acima de 180 dias, Parcelas vencidas: Até 30 dias, De 31 a 60 dias, De 61 a 90 dias, De 91 a 120 dias, De 121 a 150 dias, De 151 a 180 dias, De 181 a 240 dias, De 241 a 300 dias, De 300 a 360 dias, Concentração das operações: De: maiores devedores, Cinquenta seguintes maiores devedores, Cem seguintes maiores devedores, Demais clientes, Composição por vencimento das parcelas: A vencer até 3 meses, A vencer de 3 a 12 meses, A vencer de 1 a 3 anos, A vencer acima de 3 anos, Composição por atividade econômica - setor privado: Pessoas físicas, Composição da carteira por nível de risco: Provisão, Rating, Mini-ma, Car-teira, Mini-ma, Adi-cional, Total, Car-teira, Mini-ma, Adi-cional, Total.

10. Obrigações por emissões de letras financeiras Data da emissão Data do vencimento Taxa CDI 2019 2018 03/03/2016 05/03/2018 110,00% - - 15/02/2018 17/02/2020 123,00% 27,789 25,772 11. Obrigações por emissões de letras de câmbio Emissão Vencimento Taxa CDI 2019 2018 06/2018 06/2020-06/2021 120%-123% do CDI 12,717 11,799 07/2018 07/2020-06/2021 120%-123% do CDI 25,620 - 08/2018 08/2020-06/2021 120%-123% do CDI 33,863 - 09/2018 09/2020-09/2021 120%-124% do CDI 52,847 - 10/2018 10/2020-11/2021 120%-124% do CDI 32,094 - 11/2018 11/2020-11/2021 120%-123% do CDI 43,809 - 02/2019 02/2021-03/2022 120%-123% do CDI 12,326 - 03/2019 03/2021-03/2022 115%-117% do CDI 38,657 - 06/2019 05/2021-06/2022 115%-118% do CDI 46,702 - 06/2019 06/2021-06/2022 115%-117% do CDI 4,361 - 302,996 11,799 3,454 - 299,542 11,799 302,996 16,207 -

17. Transações e saldos com partes relacionadas: Os detalhes e as explicações das transações entre a Sociedade e suas partes relacionadas estão apresentadas a seguir: Ativo circulante: Outros créditos diversos - Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda (Coligada) (\*) 836 748 Outros créditos diversos - Marisa Lojas S.A. (Controladora indireta) (\*) 1.353 (66) 2.189 682

12. Outras obrigações a) Fiscais e previdenciárias Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro Impostos e contribuições a recolher Outros impostos. Circulante Exigível a longo prazo. b) Sociais e Estatutárias Dividendos e provisões a pagar. c) Diversos Obrigações trabalhistas Contas a pagar Provisão para passivos contingentes (Nota 12) Circulante Exigível a longo prazo.

13. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: a) Ativos contingentes: Em 30 de junho de 2019 e de 2018 não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização. b) Passivos contingentes: Em 30 de junho de 2019, a Sociedade integra o polo passivo de 387 ações cíveis (410 ações em 2018). Esses processos referem-se a reclamações formuladas por consumidores, com motivos diversos, tais como: inscrição indevida no Serviço de Proteção ao Crédito e revisão contratual. O valor médio de condenação nessas ações é de R\$2,7 (R\$1,9 em 2018) e o valor provisionado no montante de R\$1,2 MM (R\$0,957 MM em 2018) tem como base o índice da Sociedade e o valor envolvido de cada processo. A SAX também possui 09 ações trabalhistas ativas (08 ações em 2018) com valor provisionado de R\$ 0,787 MM (R\$0,721 MM em 2018). c) Perdas possíveis: Em 30 de junho de 2019, o valor apurado em processos administrativos, avaliados com probabilidade de perda possível e não provisionados está relacionados a IRPJ e CSLL referente aos exercícios de 2006, 2007 e 2008 e compensação de crédito indeferido PERD/COMP, no montante de R\$ 1,029 MM (R\$0,971 MM em 2018) e R\$ 2,255 MM (R\$2,094 MM em 2018), respectivamente.

Table with columns: Trabalhista, Civil, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2018, Constituição de provisão, Baixas por encerramento, Saldo em 30 de junho de 2019, Saldo em 31 de dezembro de 2017, Constituição de provisão, Baixas por encerramento, Saldo em 30 de junho de 2018.

18. Limites operacionais: Conforme Resolução CMN nº 4.193, de 01 de março de 2013 e Circular BACEN nº 3.477, de 24 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), e à adequação ao Patrimônio de Referência (PRI), o Índice da Basileia para a data-base de 30 de junho de 2019 é 18,3% (21,74% em 2018). 19. Gerenciamento de risco: A abordagem integrada para gestão de riscos da Sociedade compreende a adoção de instrumentos que permitam o efetivo controle dos riscos incorridos, organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada. O controle dos riscos abrange todas as exposições às linhas de negócio vigentes, agrupados nas seguintes categorias de riscos: mercado, liquidez, crédito, capital e operacional, fundamentalmente segregado das áreas de negócios e auditoria interna. Os níveis de exposição são monitorados diariamente por meio de uma estrutura de limites de aceitação de risco, através de um processo de gestão e controle, que atribui responsabilidades às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos. O resultado financeiro é apurado através dos controles que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados. A área de gestão de riscos, adota os seguintes fundamentos - Visão integrada de riscos; - Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido; - Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das melhores práticas de mercado; e - Constante envolvimento da Alta Administração. Para reduzir os efeitos do risco operacional o Plano de Continuidade de Negócios (PCN), é fundamentado em uma estrutura de processos contábeis que asseguram a continuidade de seus negócios face a complexidade dos seus negócios. O gerenciamento de riscos conta com políticas e manuais de procedimentos que estabelecem as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades. Aprovado pela Alta Administração, a gestão de riscos tem os critérios definidos e os limites estabelecidos no conjunto de documentos citado acima, divulgado internamente (intranete) a todos os colaboradores e revisados e atualizados com periodicidade mínima anual, ou quando necessário devido mudanças nos objetivos e estratégias de negócio ou na metodologia de gestão do risco. Adicionalmente em cumprimento à Resolução CMN Nº 4.193/13, informações acerca da estrutura de Gestão de Riscos estão descritas no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico da Sociedade.

20. Resultados: Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (Coligada) 5.524 Rendas - CCB Pré Fixado 5.524 Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (Coligada) Aluguéis de imóveis (11) (10) Despesas de Serviços CCB (1.874) Marisa Lojas S.A. (Controladora indireta) Despesas de correspondente bancário (86) (94) Despesas compartilhadas (20.465) (13.306) (16.912) (13.410)

14. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social, totalmente integralizado, é representado por 9.945.518 ações, as quais totalizam R\$69.000, sendo 4.972.759 ações ordinárias nominativas e 4.972.759 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. b) Reservas: Reserva Legal: Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos e é constituída semestralmente. Reservas Estatutárias ou Dividendos: De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, apurado em cada balanço, após outras destinações previstas em dispositivos legais. Por decisão de reunião da Diretoria, foram aprovadas as seguintes distribuições a título de dividendos: Valor por ação (R\$) Valor distribuído/propósito

15. Imposto de renda e contribuição social: Em 30 de junho de 2019 e de 2018, os créditos tributários foram constituídos pelas alíquotas vigentes às datas de expectativa de realizações dos mesmos. m) Resultado por ação: É apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações.

21. Demonstração do resultado: a) Operações de crédito Rendas com juros contratuais e mora de atraso com empréstimos Recuperação de créditos baixados como prejuízo b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez Despesas com Depósitos Interfinanceiros Despesas com Letras Financeiras Despesas com Letras de Câmbio

22. Outras informações: A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

emitiu relatório de auditoria em 10 de agosto de 2018, sem modificações. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Sociedade é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

16. Demonstração do resultado: a) Operações de crédito Rendas com juros contratuais e mora de atraso com empréstimos Recuperação de créditos baixados como prejuízo b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez Despesas com Depósitos Interfinanceiros Despesas com Letras Financeiras Despesas com Letras de Câmbio

23. Outras informações: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

24. Outras informações: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

25. Outras informações: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

26. Outras informações: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

27. Outras informações: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

28. Outras informações: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

29. Outras informações: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

30. Outras informações: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

31. Outras informações: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

32. Outras informações: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

33. Outras informações: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

34. Outras informações: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

35. Outras informações: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

36. Outras informações: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante